

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002507-72.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **Contécnica Consultoria Técnica Ltda**  
 Embargado: **Cs Equip Locação de Equipamentos Ltda-me'**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos.**

**CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.,** ajuizou **EMBARGOS À EXECUÇÃO** em face de **CS EQUIP LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – LTDA ME**, todos devidamente qualificados.

A embargante informa na sua inicial que a embargada afirma ser sua credora num montante de R\$ 37.846,69 numa ação de execução de título extrajudicial nº 1000604-36.2016 referente às faturas emitidas em razão de contratos de prestação de serviços celebrados entre ambas. Alega que há excesso em tal cobrança, já que ocorreu a quitação de algumas das faturas totalizando R\$ 2.294,50. Requereu efeito suspensivo e a procedência total da demanda reconhecendo a existência de excesso de cobrança e a condenação da requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais compensando-se o valor devido. A inicial veio instruída por documentos às fls. 13/164.

Conforme decisão de fls. 166 indeferida a suspensão da execução ante a inexistência dos pressupostos pertinentes.

A embargada apresentou impugnação aos embargos alegando que reconhece o mencionado excesso de cobrança, porém, ressalta que em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

momento algum agiu de má fé e que frente ao montante devido, tal valor excessivo é ínfimo, não havendo que se falar, portanto, na alegada aplicação de penalidade, respectivamente. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência do pedido de indenização.

As partes foram instadas a produção de provas á fls. 183. A embargante se manifestou à fls. 186 informando que não pretende produzir outras provas e requereu o julgamento antecipado da lide e a embargada não se manifestou.

**RELATEI**, na síntese do que tenho como necessário.

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabeleceu a controvérsia.

Os embargos sustentam excesso de execução apontando que ao invés do valor cobrado pelo exequente, ou seja, R\$ 37.846,69 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos) são devidos R\$ 34.994,65 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Por sua vez, peticionando nos autos, o exequente concordou com os cálculos apresentados pela embargada, esclarecendo que é inaplicável o art. 940, do CC porque inexistiu má-fé quando da elaboração dos cálculos.

Em conclusão: havendo concordância do credor só resta ao Juízo proclamar que a execução deve seguir o valor apontado pela embargante, ou seja, R\$ 34.994,65 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para janeiro de 2016, data do ajuizamento da execução.

O embargante deve deduzir em ação própria a pretensão a reembolso dobrado do valor indevidamente cobrado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\* \* \*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **ACOLHO OS EMBARGOS**, determinando que a execução prossiga pelo valor de R\$ 34.994,65 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para janeiro de 2016.

Ante a sucumbência, fica o embargado condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do embargante, que fixo, em 10% do valor dado à causa.

Certifique o aqui decidido na execução.

P. R. I.

São Carlos, 22 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**